



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E SERVIÇOS**

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. Helder Salomão)

Requer a realização de Audiência Pública para a discutir o processo de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa.

Requeiro, nos termos do Art. 32, Inciso III, do RICD, que ouvido o Plenário, seja realizada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, audiência pública para discutir o processo de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, que está inserido no projeto do governo federal que inclui portos de outras regiões do país.

Para tanto sugerimos que sejam convidadas as seguintes representações de entidades e organizações:

- 1 – Sr. Roberto Garofalo - Presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Espírito Santo - SINDIOPEs;
- 2 – Sr. Wagner Cantarela - Presidente da Associação dos Operadores Portuários do Estado do Espírito Santo - AOPES;
- 3 – Sr. Eduardo Lírio Guerra - Presidente da Federação Nacional dos Portuários - FNP,
- 4 – Ministro Bruno Dantas - relator do processo no TCU
- 5 - Deputada Estadual Iriny Lopes
- 6 - Ministério de Infraestrutura
- 7 - Governo do Estado do Espírito Santo

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Infraestrutura publicou, em junho deste ano, o modelo e as condições para a privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), com previsão de concluir o processo no primeiro trimestre de 2022.

No último dia 18 de outubro, foi publicada matéria no jornal A Gazeta do Estado do Espírito Santo, com o seguinte título: "TCU aponta erros em projeto de privatização da Codesa e Trava análise." Segundo a reportagem, o Tribunal de Contas da União (TCU) afirmou ter encontrado "diversas inconsistências e incorreções" nas planilhas enviadas ao órgão referente ao processo de privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Por este motivo, o ministro Bruno Dantas suspendeu o prazo de análise da documentação por dez dias. Isso mostra que há problemas graves neste processo que precisam ser debatidos com o governo e com setores da sociedade.

Segundo matéria veiculada pelo jornal "Valor Econômico", intitulada "TCU alerta sobre 'inconsistências' em desestatização de Docas do ES", no dia 15 de outubro do corrente ano, o TCU apontou algumas inconsistências e incorreções nas planilhas eletrônicas encaminhadas pelo governo ao Tribunal





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

acerca da privatização da Codesa, o que gerou a suspensão do prazo de análise por 10 dias. Um trecho do despacho do TCU sobre a suspensão, apresentado pela matéria, diz que foi constatado que o valor do direito de outorga, após as modificações sofreu alteração de aproximadamente um terço de seu valor original, passando de R\$ 719,5 milhões para R\$ 471,6 milhões.

A Codesa é a atual administradora do Porto de Vitória e da Barra do Riacho, em Aracruz, no Norte do Espírito Santo. A intenção de privatização da Codesa foi anunciada pelo governo federal em 2017.

O Porto de Vitória teve o 1º semestre de 2021 com o melhor resultado dos últimos 10 anos de movimentação de carga e crescimento de 30% em relação ao mesmo período de 2020. Foram movimentadas mais de 3 milhões de toneladas de cargas. É o 10º porto público em movimentação no país.

Há muitas críticas sobre o benefício da medida e os enormes prejuízos econômicos e sociais que podem trazer para a população capixaba, desta forma é importante que se discuta de forma mais acurada este processo de desestatização e seus impactos para o Estado do Espírito Santo.

Sala da Comissão, em de outubro de 2021.

Deputado **HELDER SALOMÃO** – PT/ES

